Coordenadoria Geral de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa

ISSN: 3086-6553 v. 2, 2026

DOI: https://doi.org/10.68103/sh7jq046

Educação ambiental no CST em agroecologia no IFPR Ivaiporã à luz da teoria da decolonialidade

Diane Andreia de Souza Fiala[1]
https://orcid.org/0000-0001-5498-5894

Adolfo Ramos Lamar[2]
https://orcid.org/:0000-0003-1164-1172

Resumo

Este artigo trata de como a temática da educação ambiental é inserida no Projeto Pedagógico do curso superior de tecnologia em Agroecologia do campus de Ivaiporã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPR). O objetivo geral foi questionar a educação ambiental que desconsidera os saberes de povos tradicionais, como os campesinos (por não os considerar científicos e tampouco tecnológicos), à luz da teoria da decolonialidade. O tema é importante pois se deposita à Agroecologia a capacidade de gerar reflexões sobre educação ambiental avançando para uma reflexão que transcende conceitos eurocêntricos e chega à decolonialidade. A metodologia incluiu revisão de literatura e pesquisa documental. O principal resultado foi constatar a necessidade de se fortalecer a Agroecologia partindo da teoria da decolonialidade e sua crítica ao eurocentrismo. Conclui-se que há necessidade de se pensar a educação ambiental crítica como parte do processo de formação integral, científica e tecnológica.

Palavras-chave: Agroecologia. Educação Ambiental. Educação Profissional e Tecnológica. Decolonialidade.

Environmental Education in the Agroecology Technology Program at IFPR Ivaiporã considering Decolonial Theory

Abstract

This article addresses environmental education and how the theme is inserted into the Pedagogical Project of the undergraduate technology course in Agroecology at the Ivaiporã campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFPR). The general objective was to question the environmental education that disregards the knowledge of traditional peoples, such as peasants, in the light of

[1] Doutora. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. E-mail: diane.fiala@cps.sp.gov.br
[2] Doutor. Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: jemabra@furb.br

decoloniality theory. The topic is important because Agroecology is credited with the ability to generate reflections on environmental education, transcending Eurocentric concepts and reaching the decoloniality of power, knowledge, and being. The methodology included a literature review and documentary research. The main result was to verify the need to strengthen Agroecology in professional and technological education starting from decoloniality theory and its critique of Eurocentrism and productivism, and it is concluded that there is a need to think of critical environmental education as part of the process of integral formation.
Keywords: Agroecology. Environmental education. Professional and Technological education. Decoloniality.

Educación Ambiental en la Carrera de Tecnología en Agroecología del IFPR Ivaiporã a la Luz de la Teoría de la Decolonialidad

Resumen

Este artículo trata sobre cómo la temática de la educación ambiental se inserta en el Proyecto Pedagógico de la carrera de Tecnología en Agroecología del campus de Ivaiporã del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología (IFPR). El objetivo general fue cuestionar la educación ambiental que desconsidera los saberes de pueblos tradicionales, como los campesinos (por no considerarlos científicos ni tecnológicos), a la luz de la teoría de la decolonialidad. El tema es relevante, pues se deposita en la Agroecología la capacidad de generar reflexiones sobre educación ambiental, avanzando hacia una reflexión que trascienda los conceptos eurocéntricos para llegar a la decolonialidad. La metodología incluyó revisión de literatura e investigación documental. El principal resultado fue constatar la necesidad de fortalecer la Agroecología partiendo de la teoría de la decolonialidad y su crítica al eurocentrismo; se concluye que existe la necesidad de pensar la educación ambiental crítica como parte del proceso de formación integral, científico y tecnológico.
Palabras clave: Agroecología. Educación Ambiental. Educación Profesional y Tecnológica. Decolonialidad.

1 Introdução

Apresenta-se neste artigo análise sobre a questão ambiental e como a temática é inserida no Projeto Pedagógico do curso superior de tecnologia em Agroecologia oferecido no campus de Ivaiporã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado do Paraná (IFPR), pensando a educação ambiental como parte do processo de formação integral, científica e tecnológica.

O relatório elaborado pela Organização Meteorológica Mundial – a WMO, como é conhecida por sua sigla em inglês – sobre o estado global do clima divulgado em 19 de março de 2024 chama a atenção para o aquecimento global e

indica que a "comunidade WMO está soando o alerta vermelho ao mundo" (MCTI, 2023), e tem-se aprovado desde 27 de abril de 1999 a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental e também instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Seu artigo 9º, II, indica que a educação ambiental deve constar no ensino formal, no âmbito dos currículos das instituições de ensino superior públicas e privadas sendo oferecida como prática educativa integrada, permanente e não deve ser uma disciplina específica (Brasil, 1999).

Na Base Nacional Comum Curricular o tema da educação ambiental é tratado como parte de temas contemporâneos que afetam a vida da população nas esferas local, nacional e global e deve ser abordado de forma transversal, integradora e contextualizada.

Nesse sentido, um dos objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) é ir além de uma educação profissional e tecnológica (EPT) instrumentalizadora de pessoas para determinadas ocupações optando-se pelo desenvolvimento de uma formação integral.

De acordo com Pacheco (2008, p. 10):

> [...] agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes que dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma **formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos** [grifo nosso].

Após quinze anos da criação dos IFs, ao analisar cursos superiores de tecnologia oferecidos pelas unidades, que se encaixem nesse recorte proposto por Pacheco na citação acima e que necessitem dessa formação escolar que não seja apenas instrumentalizadora, mas contextualizada, atendendo as legislações nacionais (como a de educação ambiental) e, sem perder valores que permitam à comunidade criar caminhos mais dignos, é que foi escolhido para a análise o curso superior de tecnologia na área de Agroecologia.

O estado do Paraná oferece o curso superior de tecnologia em Agroecologia em duas unidades do IFPR: Campo Largo e Ivaiporã. O recorte que justifica a escolha da unidade é que em Ivaiporã as comunidades de povos originários foram expulsas da localidade e seus integrantes aprisionados pelos bandeirantes paulistas ainda durante o período de colonização, por volta de 1611 (Prefeitura Municipal de Ivaiporã, 2024). A comunidade de camponeses locais tem interesse pela conversão da atividade agrícola nos moldes agroecológicos, ou seja, se reconhecem como colonizados e querem se descolonizar, fato que se encaixa no descritivo da decolonialidade.

Durante a fase inicial da pesquisa surgiu a seguinte interrogação: O desenho de um curso superior de tecnologia em Agroecologia no IFPR levou em

consideração as especificidades da cultura dos povos tradicionais como os camponeses?

O tema é importante porque se deposita à Agroecologia a capacidade de gerar reflexões sobre educação ambiental avançando para uma reflexão científica e tecnológica que transcenda os conceitos eurocêntricos (Stroparo, 2023) chegando à decolonialidade do poder, do saber e do ser.

Por esse motivo, o objetivo geral foi questionar a educação ambiental que desconsidera os saberes dos povos tradicionais, como os campesinos (por não os considerar científicos e tampouco tecnológicos), à luz da teoria da decolonialidade.

2 Fundamentação teórica

2.1 Agenda da educação ambiental e agroecologia

Na década de 1960, cientistas, políticos, empresários e industriais reuniram-se em Roma – o que ficou conhecido como Clube de Roma – e este é reconhecido como o primeiro grupo a discutir desenvolvimento sustentável, com ênfase em problemas relacionados ao consumo, ao uso indiscriminado de reservas de recursos naturais e ao crescimento da população global.

Ao focar na intersecção das áreas de educação ambiental, meio ambiente e agroecologia tem-se a publicação do livro Primavera Silenciosa (Carson, 2010) que é reconhecido até os dias atuais como um marco na luta ambiental, por ter alertado sobre os perigos gerados por uso de pesticidas, inspirando o movimento ambientalista moderno.

Na sequência, dois eventos de 1972 são importantes e merecem destaque: a primeira Conferência da Organização das Nações Unidas realizada em Estocolmo, Suécia (de 5 a 16 de junho), reunindo chefes de Estado de 113 (cento e treze países) (Nações Unidas, Brasil, 2020) e a publicação do relatório Os limites do Crescimento, pelo fato de ter anunciado os limites do atual modelo econômico, que levava ao esgotamento de recursos naturais (Unisinos, 2022).

À continuidade tem-se a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Tbilisi) de 1975, que estabeleceu os princípios básicos da educação ambiental para alcançar o desenvolvimento sustentável especificando a "natureza da educação ambiental, definindo seus objetivos, características e estratégias pertinentes, tanto no âmbito nacional quanto internacional" (Ibama, 1996, p. 7).

Foi o Relatório Brundtland, denominado Nosso Futuro Comum, de 1987 que proporia para o desenvolvimento sustentável a definição de que é "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades" (SEMIL, 2020). Também data de 1987 o Protocolo de Montreal sobre as substâncias que destroem a camada de ozônio; este já passou por três conjuntos de ajustes durante a década de 1990 (CETESB, 2020).

Em 1992, destacam-se a Eco-92, Cúpula da Terra, que aconteceu no Rio de Janeiro, onde foi adotada a Agenda 21, que estabeleceu metas para o desenvolvimento sustentável em diversos setores, incluindo a educação ambiental

(Veiga, 2022) e a Convenção sobre Diversidade Biológica que é um tratado estabelecido durante a Eco-92, um instrumento internacional relacionado ao meio ambiente, estruturado em três bases que são a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa de benefícios que sejam provenientes da utilização de recursos genéticos (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2020).

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, também institui a Política Nacional de Educação Ambiental, dá outras providências e é um marco importante quando, em seu artigo 2º a indica "como um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo" (Brasil, 1999) tanto na educação formal quanto na informal.

E o artigo 9º, II, indica que a educação ambiental deve constar nos currículos das instituições de ensino superior públicas e privadas sendo oferecida como prática educativa integrada, permanente e não deve ser uma disciplina específica (Brasil, 1999).

Já nos anos 2000 a 2020 muitos foram os eventos e documentos de relevância como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000), a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (2002), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2010), a Rio + 20 (2012), o Acordo de Paris (2015), a Cúpula Global de Educação (2018) e as Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COPs).

Na Base Nacional Comum Curricular o tema da educação ambiental é tratado como parte de temas contemporâneos que afetam a vida da população nas esferas local, nacional e global e que devem ser abordados de forma transversal, integradora e contextualizada (Brasil, 2016).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) desde sua criação, em 2008, têm como um dos objetivos ir além de uma educação profissional e tecnológica (EPT) instrumentalizadora de pessoas para determinadas ocupações, optando pelo desenvolvimento de uma formação integral. De acordo com Pacheco (2008, p. 10) o que se propõe para os IFs é "uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos".

Nota-se, nesse recorte histórico, uma presença forte das Organizações das Nações Unidas em debates envolvendo a educação ambiental e meio ambiente com presença internacional. Sobre a agroecologia tem-se que é uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, para que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, gerando a dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (CATI, 2025).

De acordo com o site do Instituto Humanitas Unisinos (2016) Nikolai Vavilov foi o primeiro cientista a levar em consideração a conservação da biodiversidade genética das plantas para acabar com a fome no mundo. Legnaioli (2025), afirma que a agroecologia surgiu em 1934; o conceito foi desenvolvido pelo pesquisador Howard e a partir de 1954 o termo foi adotado pelo pesquisador e agrônomo

soviético Trofim Denisovič Lysenko e passou a ser ensinado em cursos de agronomia, a partir de 1964. No Brasil, após o acordo MEC-USAID o termo foi retirado do ensino formal.

A autora ainda indica que a agroecologia busca soluções para os problemas provocados pela monocultura que termina prejudicando a sociedade e a biodiversidade que se constitui como uma ferramenta importante no processo de desenvolvimento sustentável (Legnaioli, 2025).

Ao reunir ciência e conhecimento tradicional, a agroecologia prega uma abordagem holística que leva em consideração a interação entre os sistemas agrícolas, o meio ambiente, os aspectos sociais, culturais, econômicos em um processo de integração de saberes, em busca de práticas sustentáveis que equilibrem as necessidades humanas, com a preservação de ecossistemas e a promoção de justiça social na área rural (Legnaioli, 2025).

Torna-se uma aliada do meio ambiente ao tratar a natureza como aliada, ao respeitar os processos naturais de ecossistemas e ao usar menos combustíveis fósseis, reduzindo a exposição da população a agrotóxicos e substâncias químicas que são nocivas à saúde, comumente utilizados na agricultura convencional (Legnaioli, 2025).

Também há importantes eventos e documentos que norteiam a ação, organização e luta daquelas pessoas que atuam mundialmente. Um deles foi o II Congreso de Unión Nacional de Agricultores e Ganaderos que aconteceu na Nicarágua, em 1992 e nasceria dali, em 1994, La Via Campesina, que buscava alçar reconhecimento e soberania alimentar; o reconhecimento e apoio à agroecologia por parte da organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (MPA, 2022).

Em 1992, também viria a se formalizar o Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA) que tem relacionamento direto com as alternativas e experiências agroecológicas vivenciadas em nossa região (Moreira, 2021). É de 1995 a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu em Pequim, reconhecendo o papel fundamental que exercem as mulheres na agricultura e na segurança alimentar, destacando o quanto a agroecologia é importante no processo de empoderamento dessas mulheres (ONU Mulheres, 1995). Há críticas, também, aos eventos organizados pela Organização das Nações Unidas, como a Cúpula dos Sistemas Alimentares, de 2021, que sofreu denúncia de captura por corporações agroalimentares (Brasil de Fato, 2021).

Na agroecologia os eventos e documentos internacionais sinalizam importante participação do Brasil e da América Latina nas lutas por reivindicações, despontando tal protagonismo da região nos debates que envolvem a temática. A decolonialidade, porém, nos dá subsídios para entender de onde vem esse protagonismo latino-americano e para elaborar reflexões críticas sobre a preocupação e ênfase posta no desenvolvimento sustentável, visto em eventos da área de educação ambiental e meio ambiente, como será abordado a seguir.

2.2 A teoria da decolonialidade

Na década de 1990 uma nova concepção começa a se gestionar na América Latina e no Caribe, a partir de reflexões vindas da Filosofia da Libertação e da Transmodernidade (Enrique Dussel); da Teoria da Dependência e da Colonialidade do Poder (Aníbal Quijano); da hybris do ponto zero (Castro-Gómez, 2005); da Teoria do Sistema-Mundo (Immanuel Wallerstein) e da proposta do giro decolonial (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007) que, como afirma Maldonado-Torres (2007) é um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico contra a lógica da colonialidade sendo esta constitutiva da modernidade e não derivativa (Mignolo, 2013). O coletivo Modernidad/Colonialidad (do qual formaram parte Walter D. Mignolo, Argentina; Anibal Quijano, Perú; Edgardo Lander, Venezuela; Enrique Dussel, México; Santiago Castro-Gomez e Arturo Escobar, Colômbia; Carlos Walter Porto-Gonçalves e Fernando Coronil, Venezuela; Catherine Walsh, EUA/Equador e Ramón Grosfoguel, Puerto Rico) contou com a participação desses e outros autores, cuja proposta epistêmica e coletiva é apresentada por Soto (2008) como um novo movimento filosófico e político, transdisciplinar, com a participação de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que tem como propósito pensar uma América Latina outra a partir de um projeto epistemológico novo, que inclui aquele que foi excluído no modelo filosófico clássico eurocêntrico.

Na visão de Soto (2008), o conceito que é ponto de partida para os demais é o de sistema-mundo de Wallerstein (1974) ao mudar a perspectiva tradicional de como se analisava o capitalismo até então. O segundo conceito é o do mito da modernidade traçado por Dussel (1993), aproveitando o conceito de sistema-mundo para mostrar que a modernidade não era um produto de fenômenos europeus, mas uma experiência mundial, tendo a Europa como centro, aniquilando e desmerecendo aquilo que não é igual a seu padrão de poder, de pensar e de ser. Por este motivo, o terceiro conceito vem a ser o de colonialidade do poder de Quijano (2014) com ênfase na questão econômica, ao analisar a estrutura de controle subjetiva presente na região desde o século XVI, que é uma estrutura de dominação submetida à população desde a conquista de América e como o conceito de raça tem um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo moderno.

Outro conceito importante é o de hybris do ponto zero que trata do racismo epistêmico elaborado por Castro-Gómez (2005) ampliando o conceito de colonialidade do poder para a colonialidade do saber mostrando o monopólio europeu sobre as demais formas de construção de conhecimento. Com as contribuições de Maldonado-Torres (2007) que expandem o conceito de colonialidade do saber à colonialidade do ser, tem-se uma análise sobre o pensamento de Descartes que ao afirmar ‘eu penso’ infere que os outros (os bárbaros e primitivos) não pensam e o ‘eu sou’ como os outros não são e o ‘logo existo’ como os outros não existem, o que dá base para a geopolítica do conhecimento, ou seja, um conhecimento único, universal, objetivo, imparcial e verdadeiro que começa a ser produzido na Europa e a América Latina servirá como o caso a ser estudado, sem dizer que a violência epistêmica subalternizou línguas,

gerando um monopólio linguístico e, desta forma, desprezou e subvalorizou ideias, imaginários, cosmovisões, culturas e religiões, gerando a negação do outro, convertendo-o em um 'não-ser'.

Na concepção decolonial a crítica se direciona às metanarrativas da modernidade distanciando-se da pós-modernidade por ser eurocêntrica; por este motivo, a diferença é o principal ponto de análise, a ênfase da pesquisa é posta no estudo da herança colonial, na esperança de tal desprendimento e busca-se resgatar o conceito de bem-viver. O objeto de crítica é o domínio colonial estabelecido e o discurso que o justifica (Reyes, 2016) com o objetivo de alcançar a transmodernidade como início de algo novo. Para Mignolo (2013) a decolonialidade não é um projeto de Estado, mas sim um conjunto de projetos que precisam ser assumidos pela sociedade civil política global emergente e não deve ser confundida com a politização da sociedade civil.

O decolonial estuda o fenômeno da herança colonial como um elemento indissociável da formação do moderno sistema capitalista. É a perspectiva de análise sobre a continuidade das relações coloniais na América Latina (Garbe; Quintero, 2014). O objeto de crítica é o domínio colonial estabelecido e o discurso que o justifica (Reyes, 2016). A decolonialidade não é a disputa pelo padrão colonial de poder mas, para que o desprendimento deste aconteça, é preciso passar por todos os níveis: comida, sexualidade, racismo, arte, saber, ciência, bem-estar, política entre outros. Ajuda a sair da conceitualização que domina e permite então a invenção, a criação de princípios outros.

Para Walsh (2005) a decolonialidade parte de um posicionamento externo e das violências raciais, sociais, epistêmicas e existenciais vividas como parte central do pensamento e encontra razão de ser nos esforços de defrontar-se com 'o próprio', desde outras lógicas e outros pensamentos, como a desumanização, o racismo, a racionalização, a negação e a identificação da destruição dos campos de saber do outro. Portanto, sua meta não é a incorporação ou a superação e tampouco a resistência, mas sim a reconstrução radical dos seres, do saber e do poder; é a criação de condições radicalmente diferentes de existência, conhecimento e poder que poderiam contribuir com a 'fabricação' de sociedades diferentes. A autora reconhece que essas relações de poder não desaparecem, mas são transformadas e reconstruídas de outra maneira.

A perspectiva decolonial também demanda estudos culturais e sua ressignificação, a especificidade histórica e geográfica, a temporalidade, os estudos sobre o saber e o poder (Walsh, 2005). É viabilizar as lutas contra a colonialidade, não apenas a partir de paradigmas, mas a partir das pessoas, de suas práticas sociais, epistêmicas e políticas, é preciso mapear atitudes decoloniais (Maldonado-Torres, 2008).

O projeto modernidade/colonialidade considera como paradigma o outro e tem como objetivo construir um pensamento crítico que parte das histórias e experiências marcadas pela colonialidade e não pela modernidade, apontando para modos de pensar, ser e atuar distintos. Os estudos de decolonialidade preocupam-se com a geopolítica e o conhecimento acadêmico, que pode criar verdades universais, ocultando, inviabilizando e silenciando os sujeitos que produzem este

outro conhecimento - universalização e subalternização formam parte do projeto da modernidade (Mignolo, 2016).

As pesquisas decoloniais têm como eixo central a colonialidade do poder, do ser e do saber e a diferença colonial, que significa pensar a partir das ruínas, das experiências e das margens criadas pelas colonialidade do poder na estruturação do mundo moderno/colonial e as características comuns dessas pesquisas é que não buscam restituir conhecimentos senão de pensar como fazer com que intervenham em um novo horizonte estudos epistemológicos transmoderno e pós-ocidental. O que se busca é produzir novos conhecimentos subalternos e novos modelos de análises, conceitualização e pensamento que tenham um uso estratégico e político (Walsh; García, 2002).

A decolonialidade transmoderna, para completar, busca estudar não o fim da história, mas, sim, o início de algo novo, de algo que transcenda a modernidade/totalidade, que é a possibilidade de coexistência de múltiplas histórias locais silenciadas por desenhos globais, ou seja, a transmodernidade não é um depois e, sim, o agora e o durante que nos convida a construir um mundo intercultural baseado em um diálogo substancial; é o perguntar-se: Depois de descontruído, como se reconstrói de maneira 'outra'? (Losacco, 2012).

3 Metodologia

A metodologia utilizada incluiu a revisão de literatura que, de acordo com FCA Unesp (2015, p. 2) "é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica" sobre o tema, apoiado no método de elaboração, de revisão narrativa por "não utilizar critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. [...] adequada para a fundamentação teórica de artigos [...]" (FCA Unesp, 2015, p. 2). Os livros, artigos e demais periódicos consultados foram acessados via internet e em visitas a bibliotecas de instituições de ensino superior.

Optou-se pelo método da pesquisa documental por permitir que sejam explorados novos enfoques, buscando um caráter inovador e os documentos são fontes de dados sem tratamentos analíticos, podendo ser reexaminados, buscando novas interpretações aos discursos neles contidos (Godoy, 1995), para superar as aparências e alcançar a essência dos fenômenos (Chizzotti, 2001). O Projeto Pedagógico do curso analisado está disponível para consulta no site da instituição.

4 Resultados e discussão

No caso específico dessa pesquisa, os levantamentos de dados iniciais expunham diferenças quando se pesquisava a temática da agenda da educação ambiental e meio ambiente com forte influência e presença de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, em comparação com a da área de agroecologia envolvendo mais as organizações da sociedade, instituições

públicas e movimentos sociais que dão sentido às críticas expostas pela decolonialidade às teorias do desenvolvimento sustentável.

Chegado o momento de transportar essa continuidade de análise ao desenho do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia oferecido no campus de Ivaiporã do IFPR, optou-se por elaborar o quadro de comparação (ver Quadro 1) escolhendo os trechos e informações que fazem menção à educação ambiental, meio ambiente e agroecologia para trazer à luz o que se desponta e sinalizar os aspectos que se aproximam de uma análise ainda eurocêntrica, tanto da educação científica quanto tecnológica, uma mais social e amparada nas lutas latino-americanas e caribenhas e outra de encontrar na decolonialidade possibilidades de reconhecer saberes outros – dotados de cientificidade e possibilidades tecnológicas inclusivas.

Quadro 1 - Destaques para análise do Projeto Pedagógico de Curso vigente

Item do sumário	**Trecho em destaque**	**Aproximação proposta**
Apresentação do projeto	Sobre o processo de implantação do IF de Ivaiporã. Nessa ocasião, os presentes concluíram que uma unidade na cidade teria como "objetivo desenvolver não só a parte agrícola, mas oferecer cursos de qualidade e de capacitação profissional para os jovens e assim mantê-los em nossas cidades, pois muitos buscam estudos em grandes centros por falta de qualidade de ensino na região" (PPC, 2016, p. 8).	Características que atendem diretrizes de processo de decolonialidade
Organização didático-pedagógica	Concepção de curso: Segundo a Resolução 55/2011 (IFPR, 2011), no Instituto Federal do Paraná, a organização curricular dos cursos superiores deve proporcionar a articulação entre a formação teórica e a prática, de modo a contribuir para a formação integral do educando como cidadão consciente, atuante e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar de forma plena seu papel social, político e econômico na sociedade (PPC, 2016).	Características que atendem diretrizes de processo de decolonialidade
	Justificativa: "Hoje, o que predomina na região é o modelo produtivo baseado no agronegócio, impondo uma visão empresarial que coloca a terra, o Homem, o ambiente e a tecnologia como fatores de produção, visando maximizar o rendimento do capital investido" (PPC, 2016, p. 18). "Embora haja diferentes tipos de agricultor familiar no Vale do Ivaí, os mais ameaçados são o agricultor cuja família reside, ou não, na propriedade, com áreas pequenas ou médias, que tenta se integrar ao	Características que atendem ao padrão colonial de poder

	agronegócio sem as condições para tal e que apresenta alto grau de endividamento, com elevado risco na atividade, seja ela de monocultura ou pecuária extensiva; e ainda, o agricultor tradicional, que mantém o sistema de produção muito semelhante ao que havia no início do processo de colonização, com áreas de produção voltadas à subsistência gerando algum excedente para o mercado, normalmente com pequenas áreas de lavoura e pecuária leiteira, cuja renda familiar é baixa, mas com baixo grau de endividamento" (PPC, 2016, p. 18). "Muitas vezes, é com estes agricultores que encontramos a maior dificuldade em manter os filhos na propriedade, pela falta de perspectivas futuras. Também, geralmente é onde a mulher e o jovem são alijados do processo de tomada de decisão e da administração da propriedade. É onde a educação, pelos mais diversos motivos, ficou relegada ao segundo plano ou foi negligenciada" (PPC, 2016, p. 18). "Para agravar o problema e ampliar o desafio, ainda predominam nas instituições de ensino superior as concepções e organizações pedagógicas tradicionais, nas quais o corpo docente ainda tem como base o vínculo com os sistemas de produção agropecuária convencionais, havendo pouca ou nenhuma abordagem sobre os conceitos, princípios e práticas agroecológicas" (PPC, 2016, p. 21).	
	Justificativa: "Uma das estratégias para enfrentar esta problemática é propor novas formas de organização da produção, novos modelos tecnológicos e de ação transformadora da realidade, onde os agricultores possam resgatar sua independência e novas formas de organização social que garantam o sucesso e a sustentabilidade de diversos sistemas de produção adotados pelos camponeses e agricultores tradicionais" (PPC, 2016, p. 19). "Pretende-se, efetivamente, incorporar os saberes locais no processo formativo, configurando uma educação tecnológica articuladora das dimensões do mundo do trabalho, das práticas sociais e dos	Características que atendem diretrizes de processo de decolonialidade

	conhecimentos científicos agroecológicos" (PPC, 2016, p. 24).	
	Justificativa: "Agroecologia se fundamenta num modelo de desenvolvimento que reveja as formas de produzir e se apropriar de conhecimento e tecnologia, possibilitando o aprofundamento nas formas de organização social e de prática política, visando também estabelecer uma nova ética nas relações com o ambiente e com o capital" (PPC, 2016, p. 22).	Características que atendem a uma fase de transição do padrão colonial de poder a um processo de decolonialidade
	Perfil do egresso: "a) Trabalhar a promoção da identificação, resgate, conservação, produção e processamento de produtos da agrobiodiversidade associado às características culturais dos territórios; b) Utilizar a abordagem sistêmica e o entendimento da complexidade da realidade, compreender o funcionamento e organização dos agroecossistemas dos povos, comunidades, organizações e movimentos sociais; c) Contribuir frente ao desenvolvimento da economia local e regional, considerando os saberes locais e tradicionais e o uso sustentável dos recursos naturais" (PPC, 2016, p. 35).	Características que atendem a diretrizes de processo de decolonialidade
Análise das disciplinas	Há um conjunto de disciplinas da área técnica e tecnológica voltado à Agroecologia e há um conjunto de disciplinas voltado ao desenvolvimento do conhecimento na área do curso com princípios eurocêntricos, cuja base do conhecimento não é a dos povos tradicionais que habitam a região.	Características que atendem a uma fase de transição do padrão colonial de poder a um processo de decolonialidade
Trabalho de conclusão de curso	É a apresentação do projeto integrador.	Aproxima-se de princípios de decolonialidade
Bibliografias básicas ou complementares	Algumas tratam do desenvolvimento sustentável e outras da educação ambiental de forma ampla.	Atendem a ambas as características: tanto do padrão colonial de poder quanto de uma aproximação à decolonialidade

Fonte: elaborado pelos autores (2024) a partir de informações presentes no PPC consultado.

Observa-se que o núcleo documental que responde à legislação vigente para a área educacional traz evidências que atendem a princípios eurocêntricos de organização curricular. Entretanto, a apresentação do curso se aproxima de princípios da decolonialidade e tanto a organização didático-pedagógica (incluindo sua justificativa) quanto o perfil de egressos e a análise das disciplinas atendem a diretrizes que se aproximam do processo de decolonialidade.

Também foi possível analisar que os componentes curriculares vinculados aos temas de educação ambiental, agroecologia e meio ambiente dão conta de

ampliar a problemática e de que as bibliografias básicas e complementares tratarão tanto do desenvolvimento sustentável quanto da educação ambiental de forma ampla e com reflexões críticas e até se acercam aos princípios de decolonialidade, ao trabalhar com os conceitos de sustentabilidade de forma ampla e ao respeitar as culturas locais. Não obstante, nas bibliografias nota-se a presença do padrão colonial de poder em algumas obras que disseminam a visão eurocêntrica do fazer ciência.

5 Considerações finais

A metodologia de pesquisa definida, que incluiu a revisão de literatura e a pesquisa documental, foi pertinente e permitiu que se alcançasse o objetivo geral proposto, pois auxiliou no processo de análise do documento institucional para verificar se havia proximidades aos princípios da teoria da decolonialidade.

Sobre o interrogante de pesquisa delineado que foi: O desenho de um curso superior de tecnologia em Agroecologia no IFPR levou em consideração as especificidades da cultura dos povos tradicionais?, o que se pôde constatar é que há itens que atendem a uma proximidade com a teoria da decolonialidade, mas tais povos tradicionais não são levados em consideração no desenho e não há menção aos mesmos no decorrer do documento. O que há é a menção aos camponeses e camponesas e indícios de que respondem a uma busca de descolonização, o que os aproxima da teoria decolonial.

O documento pesquisado evidencia que o tema da agroecologia é importante e que se deposita à Agroecologia a capacidade de gerar reflexões sobre a educação ambiental que transcenda os conceitos eurocêntricos, mas ainda não se encontra evidências que mostrem a preocupação da instituição de se chegar à descolonização do saber, que é um dos alicerces da teoria da decolonialidade.

No caso específico dessa pesquisa, os levantamentos de dados iniciais expunham diferenças quando se pesquisava a temática da agenda da educação ambiental e meio ambiente com forte influência e presença de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, em comparação com a da área de agroecologia envolvendo mais as organizações da sociedade, as instituições públicas e os movimentos sociais que dão sentido às críticas expostas pela decolonialidade às teorias do desenvolvimento sustentável.

Ademais da crítica ao que é eurocêntrico também é necessário questionar os parâmetros produtivistas que impactam negativamente na sociedade e na problemática socioambiental, bem como no processo de formação humana integral. Há necessidade de se fortalecer na educação profissional e tecnológica a Agroecologia partindo da teoria decolonial e de sua crítica ao eurocentrismo e produtivismo. Conclui-se que há necessidade de se pensar a educação ambiental crítica como parte do processo de formação integral.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-Documento-Final.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL DE FATO. Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU: críticas, polêmicas e a posição brasileira. **Observatório de Política Externa Brasileira**. 4 out. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/10/04/cupula-dos-sistemas-alimentares-da-onu-criticas-polemicas-e-a-posicao-brasileira. Acesso em: 25 jul. 2025.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. Rio de Janeiro: Gaia, 2010.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La Hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSFOGUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica integral. **Agroecologia**: conceitos. Disponível em: https://www.cati.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/publicacoes/acervo-tecnico/agroecologia-conceitos. Acesso em: 22 jul. 2025.

CETESB. Salvando a camada de ozônio. **CETESB**: Prozonesp. Março 2020. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/prozonesp/materiais-de-apoio/fundamentos-da-preservacao/o-protocolo-de-montreal-sobre-substancias-que-destroem-a-camada-de-ozonio/. Acesso em: 23 jul. 2025.

CHIZZOTTI, A. Parte II: Pesquisa Qualitativa. *In:* QUIZZOTTI, A. (org.). **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 77-135.

DUSSEL, E. **1492:** o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1993.

FCA UNESP. **Tipos de revisão de literatura**. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos: Faculdade de Ciências Agronômicas: Unesp, Campus Botucatu, 2015.

GARBE, S.; QUINTERO, P. El proyecto Modernidad/Colonialidad: una aproximación desde la diferencia de la teoría postcolonial. **Ojalá: Revista de Diáspora Latina**, out./dez., 2014.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**: Artigos, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun., 1995, São Paulo. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-759020240501

IBAMA. **Educação ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Coleção Série Educação Ambiental: meio ambiente: 2, Brasília: Edições Ibama, 1996.

LEGNAIOLI, S. Agroecologia: O que é e características. **E-Cycle**: Alimentação. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/agroecologia/#:~:text=A%20agroecologia%20busca%20aliar%20o,sua%20autonomia%20e%20seguran%C3%A7a%20alimentar. Acesso em: 22 jul. 2025.

LOSACCO, J. J. R. El giro decolonial: aportes para una semiótica decolonial transmoderna. **10º World Congress of the International Association for Semiotic Studies** (IASS/AIS). Universidad da Coruña, España, 2012.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Centraliesco, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, mar., p. 71-114, 2008.

MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório sobre Estado Global do Clima liga alerta vermelho sobre aquecimento global**. 19 mar. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/03/relatorio-sobre-estado-global-do-clima-soa-alerta-vermelho-sobre-impactos-da-mudanca-do-clima. Acesso em: 20 jul. 2025.

MIGNOLO, W. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento. Sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. **Revista de Filosofía**, v. 74, n. 2, p. 7-23, 2013.

MIGNOLO, W. **Mignolo impregna la IBERO con su mirada crítica decolonial y renovadora**. Cidade do México: IBERO, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA MUDANÇA DO CLIMA. Convenção sobre **Diversidade Biológica**. 11 nov. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/convencao-sobre-diversidade-biologica. Acesso em: 25 jul. 2025.

MOREIRA, P. F. A formação da rede agroecológica latino-americana em resistência às políticas públicas da revolução verdade e a experiência local no Rio de Janeiro. **Mosaico**: FGV, v. 13, n. 20, 2021.

MPA. 30 d´La Via Campesina: 30 anos de luta. **Movimento dos Pequenos Agricultores**, 26 abr. 2022. Disponível em: https://mpabrasil.org.br/noticias/30-dla-via-campesina-30-anos-de-luta/. Acesso em: 24 jul. 2025.

ONU MULHERES. **Declaração e Plataforma de Ação da IV conferência Mundial sobre a Mulher**: Pequim 1995: Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, MEC, 2008.

PPC. Projeto **Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Paraná: Ivaiporã, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ. **Nossa cidade**: História. 2024. Disponível em: https://www.ivaipora.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1572. Acesso em: 21 jul. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder: eurocentrismo y America Latina. *In*: CLACSO (org.). **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 778 - 832.

REYES, A. R. Las diferencias entre lo decolonial y poscolonial. **La Estrella de Panamá**: Política. Disponível em: https://otrasvoceseneducacion.org/archivos/85776. Acesso em: 12 jun. 2026.

SEMIL. Três dicas para o consumo sustentável. **Portal de Educação Ambiental**: Governo do Estado de São Paulo. 21 dez. 2020. Disponível em: https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2020/12/tres-dicas-para-o-consumo-sustentavel/. Acesso em: 24 jul. 2025.

SOTO, D. P. Nueva perspectiva filosófica en América Latina: el grupo Modernidad/Colonialidad. **Ciencia Política**, n. 5, jan.-jun., p. 8-35, 2008.

STROPARO, T. R. Território, agroecologia e soberania alimentar: significações e repercussões sob a égide decolonial. **Boletim de Conjuntura**: Boca, ano V, v. 13, n. 39, Boa Vista, 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.7786433

UNISINOS. O primeiro relatório sobre os limites do crescimento completa 50 anos. **Instituto Humanitas Unisinos**. 4 mar. 2022. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/616607-o-primeiro-relatorio-sobre-os-limites-do-crescimento-completa-50-anos. Acesso em: 19 jul. 2025.

UNISINOS. **Nikolai Vavilov o primeiro guardião da biodiversidade vegetal**, 2016. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/553031-nikolai-vavilov-o-primeiro-guardiao-da-biodiversidade-vegetal. Acesso em: 29 jul. 2025.

VEIGA, E. Há 30 anos, na Eco-92, no Rio de Janeiro, colocou mudança climática na pauta global. **Brasil de Fato**: Meio ambiente. 5 jun. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/06/05/ha-30-anos-eco-92-no-rio-de-janeiro-colocou-mudanca-climatica-na-pauta-global. Acesso em: 21 jul. 2025.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamentos, 1974. (Vol. 1)

WALSH, C. Introducción. *In*: WALSH, C. (org.). **(Re)pensamiento crítico y (de)colonialidad**: reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Editorial Abya-Yala, 2005.

WALSH, C.; GARCÍA, J. El pensar del emergente movimento afroecuatoriano: reflexiones (des)de un proceso. *In*: MATO, D. (org.). **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder**. Caracas: FLACSO, 2002. p. 317-326.

Recebido: 10/02/2026
Aprovado: 15/03/2026
Publicado: 26/06/2026

Contribuição de autoria:
Autor 1: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Software, Supervisão, Validação, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.
Autor 2: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Software, Supervisão, Validação, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.

Editor responsável: Edison Trombeta de Oliveira
Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

CC BY 4.0